



CLIPPING INTERNET
10/09/2019 ATÉ 10/09/2019



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG ABEL CARVALHO.....	1 2
	1.2 BLOG MINUTO BARRA.....	3
	1.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
2	CONVÊNIOS	
	2.1 BLOG AQUILES EMIR.....	5
	2.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	6 7
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG PÁGINA 2.....	8
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	9 10
5	FALECIMENTO	
	5.1 BLOG ANTONIO AMARAL.....	11
	5.2 BLOG AQUILES EMIR.....	12
	5.3 BLOG CARLOS CRISTIANO.....	13 14
	5.4 BLOG DA KELLY.....	15
	5.5 BLOG DANIEL MATOS.....	16
	5.6 BLOG DO DE SÁ.....	17
	5.7 BLOG GILBERTO LIMA.....	18
	5.8 BLOG INFORMATIVO ACA.....	19
	5.9 BLOG JOEL JACINTO	20
	5.10 BLOG PAULO ROBERTO.....	21
	5.11 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	22
	5.12 PORTAL DO MUNIM.....	23
	5.13 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	24
	5.14 SITE TV GUARÁ.COM.....	25
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG JOEL JACINTO	26
7	SERVIDOR PÚBLICO	
	7.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	27
	7.2 BLOG DANIEL MATOS.....	28
	7.3 BLOG DIEGO EMIR.....	29
8	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	8.1 SITE MA 10.....	30

Virtualização: Judiciário e Polícia Militar firmam cooperação para ampliação da digitalização de processos

Comunicação Social do TJMa - Na manhã desta segunda-feira (9), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e o comandante da Polícia Militar do Maranhão, coronel Ismael de Souza Fonseca, assinaram Termo de Cooperação Técnica para autorizar a participação de agentes da PM no projeto de Digitalização de Processos do Poder Judiciário.

De acordo com o Termo, a PMMA se compromete a disponibilizar pessoal para atuação conjunta com a CGJ-MA na realização dos trabalhos de digitalização de processos na Central de Digitalização e Migração de Processos Físicos, por meio de cooperação mútua, sem quaisquer remunerações ou transferências voluntárias de recursos. Na ocasião, o presidente do TJ ressaltou que a medida considera a atual situação de dificuldades orçamentárias do Estado do Maranhão, buscando alternativas que contribuam com a máxima efetividade do princípio constitucional da eficiência. Ele ressaltou ainda que a virtualização é uma exigência do Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista a modernização dos serviços oferecidos à sociedade. “Com medidas como essa buscamos garantir uma boa gestão, racionalizando custos para que tenhamos serviços melhores mesmo diante das dificuldades”, frisou o desembargador.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho, lembrou que a parceria com a PMMA seguiu o modelo da iniciativa do Piauí nesse sentido, com a disponibilização de agentes para realização do procedimento de digitalização. “Temos muito respeito pela corporação e agradecemos essa disponibilização que vai contribuir muito com o avanço da nossa virtualização”, falou.

O coronel Ismael de Souza, comandante da Polícia Militar do Maranhão, afirmou concordar com o pensamento de buscar otimização dos recursos públicos humanos e materiais em benefício da sociedade. “É uma união de esforços entre Polícia e Judiciário que visa ao bem da sociedade, com a melhoria da qualidade de serviços prestados”, assinalou.

Virtualização: Judiciário instala Central de Digitalização e Migração do Fórum de São Luís

Assecom Corregedoria Justiça - Nesta segunda-feira (9), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, formalizaram a instalação da Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que vai funcionar com 45 servidores na digitalização e migração de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no qual passarão a tramitar eletronicamente.

A solenidade teve a participação do vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; do presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida; da diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes; do corregedor da Procuradoria-Geral da Justiça, procurador Eduardo Nicolau Heluy; do defensor público geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos; do desembargador João Santana; do comandante da PMMA, Coronel Ismael de Sousa, entre outras autoridades, juízes e diretores do TJMA e da CGJ. A juíza Diva Maria de Barros Mendes, diretora do Fórum Des. Sarney Costa, pontuou que a Central de Digitalização é um instrumento voltado à ampliação do uso do processo eletrônico no Maranhão, modelo que precisa avançar com o objetivo de melhorar os serviços prestados. “Poder meio da Central, vamos conseguir um aumento substancial dos processos virtualizados, uma necessidade e exigência frente às novas tecnologias”, frisou.

Os servidores Thaís Muniz, Karliane Fontelene e Adivanderson Martins explicaram as principais vantagens da virtualização dos processos, como a otimização de recursos físicos, humanos e orçamentários; aumento da celeridade ao cumprimento dos comandos judiciais; reforço do compromisso com a sustentabilidade; ampliação da transparência e a publicidade na tramitação processual; e melhoria das rotinas de trabalho, a partir da utilização de um único sistema de acompanhamento processual - PJe, entre outras. Os servidores apresentaram também a possibilidade de digitalização por parte de advogados interessados, que podem utilizar um QR Code disponibilizado na página da Corregedoria para efetivação do procedimento.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que o projeto de digitalização dos processos é resultado da união de esforços de magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Maranhão, entre eles outros órgãos do sistema de Justiça. “Reafirmo que os projetos e resultados dos magistrados e servidores contam com o apoio irrestrito da Presidência do Tribunal”, ressaltou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressaltou que o trabalho de digitalização e virtualização da Justiça maranhense utiliza os próprios servidores do quadro e colaboração da Polícia Militar do Maranhão, eliminando os custos para o procedimento. “Outros tribunais realizam esse trabalho com custos muito elevados, e diante das dificuldades orçamentárias o presidente ressaltou que o TJ não dispõe de recursos, de forma que encontramos uma solução para realizar o trabalho a custo zero”, ressaltou.

Após a solenidade, os magistrados e convidados visitaram as instalações da Central de Digitalização, na qual 45 servidores e colaboradores atuarão na realização dos procedimentos de digitalização e migração de aproximadamente 10.500 processos dos acervos físicos das Varas cíveis da capital.

CENTRAL

A implantação da Central de Digitalização objetiva dar continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, por meio da digitalização de processos físicos e sua migração do sistema Themis PG3 ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), transformando o acervo físico em digital, para que passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.

O processo de trabalho da Central se desenvolverá por meio de núcleos: protocolo, digitalização, migração e arquivamento. As caixas de processos recebidas das unidades jurisdicionais serão protocoladas; encaminhadas ao núcleo de digitalização para escaneamento do processo; envio ao núcleo de migração para cadastro do processo no sistema PJe e posteriormente ao núcleo de arquivamento para baixa do processo no sistema

ThemisPG. Após a expedição das intimações necessárias, o processo digitalizado e migrado será protocolado e devolvido à unidade judicial devidamente.

São Luís. Juíz é encontrado morto

Juiz é encontrado morto em São Luís

A Polícia Civil compareceu ao local e já iniciou os primeiros levantamentos.

O juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira (9), na piscina de sua residência, localizada no bairro Olho d'Água, em São Luís.

A Polícia Civil compareceu ao local e já iniciou os primeiros levantamentos. O juiz era divorciado e tinha dois filhos.

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu uma nota de pesar pela morte do juiz:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

TJMA confirma que tem dinheiro para pagar reajuste a servidores

O presidente do Sindjus, Aníbal Lins na companhia do tesoureiro Fagner Damasceno, estiveram reunidos com o diretor-geral geral do TJMA, Mário Lobão, que respondeu oficialmente que o judiciário maranhense tem totais condições financeiras de suportar o reajuste dos 2.94%, com efeitos retroativos a janeiro/2018.

Com a informação, perde a razão da necessidade da emenda do deputado estadual Rafael Leitoa prosperar, que busca limitar o reajuste a partir da data de aprovação do reajuste, fazendo com que os servidores percam quase um ano de salário reajustado.

Anibal Lins diz que “A luta continua”, em defesa dos servidores do judiciário.

GIRO ECONÔMICO

Expoema

O presidente da Associação de Criadores do Estado do Maranhão (Ascem), Ivaldeci Mendonça, em visita ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pediu a participação do Poder Judiciário na Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), levando ao evento os serviços de cunho social e os projetos voltados para a cidadania. A Expoema será realizada no período de 20 a 27 de outubro, no Parque Independência. O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo se mostrou receptivo à sugestão do presidente da Associação dos Criadores, sinalizando positivamente para a celebração de uma parceria para a concretização da ideia.

Presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim Ramos, manifesta pesar pela morte do juiz Fernando Cruz

Em nota distribuída na manhã desta segunda-feira (09), o presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim dos Anjos, manifestou pesar pela morte do juiz Fernando Cruz, encontrado morto na piscina de sua residência, no bairro do Olho d'Água, em São Luís.

A hipótese mais aceita para a morte do magistrado seria infarto, já que, por praticante de esportes, mantinha afastado de vícios que pudessem comprometer sua saúde.

Eis a íntegra da nota do presidente do TJ:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Juiz é encontrado morto dentro da sua própria casa em São Luís

A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora, ainda não há informações sobre a causa do óbito.

O juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís Fernando Luiz Mendes Cruz, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira, 9, na piscina da sua residência localizada no bairro Olho d'Água, em São Luís.

Uma equipe da Delegacia de Homicídios esteve no local para fazer os primeiros levantamentos. A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora ainda não há informações sobre a causa do óbito.

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu uma nota de pesar sobre o caso, leia anota na íntegra:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Juiz é encontrado morto dentro de piscina no Olho d'Água, em São Luís

Na manhã desta segunda-feira (9), o juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luis Mendes Cruz, foi encontrado morto na capital maranhense.

Segundo informações, o corpo do magistrado foi achado na piscina da residência do mesmo, que fica no bairro Olho d'Água, em São Luís, pela funcionária doméstica.

O juiz foi o responsável por acolher a denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney, que estava sendo acusada de desvios de verbas públicas da Saúde na ordem de R\$1,95 milhão.

Na época, o magistrado decidiu abrir investigação quanto aos crimes de fraude na licitação, superfaturamento de contratos e desvio de recursos para campanhas eleitorais.

O presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, emitiu nota de pesar pela morte de Fernando Cruz.

“O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.”

Por meio de nota, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) lamentou falecimento do juiz.

Leia a nota na íntegra:

Com imenso pesar, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) tomou conhecimento, na manhã desta segunda-feira (9), do falecimento do juiz Fernando Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. De imediato, o presidente Angelo Santos acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça para que sejam efetuadas as averiguações preliminares das circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado. A AMMA lamenta o ocorrido, solidariza-se com familiares, amigos e com toda a Magistratura maranhense, abalados pela dor da perda do estimado colega.

Juiz é encontrado morto em São Luís

O juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira (9), na piscina de sua residência, localizada no bairro Olho d'Água, em São Luís.

A Polícia Civil compareceu ao local e já iniciou os primeiros levantamentos. O juiz era divorciado e tinha dois filhos.

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu uma nota de pesar pela morte do juiz:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Homenagem II

O Plenário da Assembleia Legislativa fez, na sessão de ontem, um minuto de silêncio pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz.

O magistrado, que tinha 50 anos, foi encontrado morto em sua residência, no bairro Olho d'Água, na manhã de hoje.

Por meio de notas, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lamentaram o falecimento do juiz.

Estado Maior

Uma emenda do deputado Rafael Leitoa retirou o caráter retroativo do projeto de lei que garantirá reajuste de 2,94% a servidores do Judiciário.

TJMA confirma que tem dinheiro para pagar reajuste a servidores

10 de setembro de 2019 : 09:27

O presidente do Sindjus, Aníbal Lins na companhia do tesoureiro Fagner Damasceno, estiveram reunidos com o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, que respondeu oficialmente que o judiciário maranhense tem totais condições financeiras de suportar o reajuste dos 2.94%, com efeitos retroativos a dezembro/2018.

Com a informação, perde a razão da necessidade da emenda do deputado estadual Rafael Leitoa prosperar, que busca limitar o reajuste a partir da data de aprovação do reajuste, fazendo com que os servidores percam quase um ano de salário reajustado.

Anibal Lins diz que "A luta continua", em defesa dos servidores do judiciário.

JUIZ É ENCONTRADO MORTO DENTRO DE PISCINA NO OLHO D'ÁGUA, EM SÃO LUÍS

Na manhã desta segunda-feira (9), o juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luis Mendes Cruz, foi encontrado morto na capital maranhense.

Segundo informações preliminares, o corpo do magistrado foi achado na piscina da residência do mesmo, que fica no bairro Olho d'Água, em São Luís, pela funcionária doméstica.

Equipes das Polícias Militar e Civil, o IML já estão no local para averiguar o caso.

O juiz foi o responsável por acolher a denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney, que estava sendo acusada de desvios de verbas públicas da Saúde na ordem de R\$1,95 milhão.

Na época, o magistrado decidiu abrir investigação quanto aos crimes de fraude na licitação, superfaturamento de contratos e desvio de recursos para campanhas eleitorais.

O presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, emitiu nota de pesar pela morte de Fernando Cruz.

“O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís”.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.”

Por meio de nota, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) lamentou falecimento do juiz.

Leia a nota na íntegra:

“Com imenso pesar, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) tomou conhecimento, na manhã desta segunda-feira (9), do falecimento do juiz Fernando Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. De imediato, o presidente Angelo Santos acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça para que sejam efetuadas as averiguações preliminares das circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado. A AMMA lamenta o ocorrido, solidariza-se com familiares, amigos e com toda a Magistratura maranhense, abalados pela dor da perda do estimado colega”.

Juiz Fernando Cruz é encontrado morto na piscina de sua residência no Olho d'Água, em São Luís

A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora, ainda não há informações sobre a causa da morte.

O juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira (9) dentro da piscina de sua residência, no bairro Olho d'Água, em São Luís. O corpo foi encontrado pela empregada doméstica.

Uma equipe da Delegacia de Homicídios está no local para fazer os primeiros levantamentos. A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora ainda não há informações sobre a causa da morte do magistrado.

Alguns amigos acreditam que o magistrado tenha sofrido infarto. Fernando Cruz fazia musculação, não bebia e nem fumava.

O Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados do Maranhão divulgaram notas lamentando a morte do juiz. Confira.

NOTA DE PESAR AMMA

Com imenso pesar, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) tomou conhecimento, na manhã desta segunda-feira (9), do falecimento do juiz Fernando Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. De imediato, o presidente Angelo Santos acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça para que sejam efetuadas as averiguações preliminares das circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado.

A AMMA lamenta o ocorrido, solidariza-se com familiares, amigos e com toda a Magistratura maranhense, abalados pela dor da perda do estimado colega.

NOTA DE PESAR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Juiz da 7ª Vara Criminal é encontrado morto em São Luís

Fernando Luiz Mendes Cruz, de 50 anos, foi encontrado morto em sua residência no bairro Olho d'Água, na manhã desta segunda-feira (9).

O juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, de 50 anos, foi encontrado morto em sua residência no bairro Olho d'Água, na manhã desta segunda-feira (9).

Segundo as primeiras informações da polícia, a empregada encontrou o corpo da vítima sem vida dentro da piscina da residência. O corpo não tinha sinais de lesões, apenas apresentava inchaço e sangramento pelas narinas.

Por meio de nota, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) lamentou falecimento do juiz.

Leia a nota na íntegra:

Com imenso pesar, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) tomou conhecimento, na manhã desta segunda-feira (9), do falecimento do juiz Fernando Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. De imediato, o presidente Angelo Santos acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça para que sejam efetuadas as averiguações preliminares das circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado. A AMMA lamenta o ocorrido, solidariza-se com familiares, amigos e com toda a Magistratura maranhense, abalados pela dor da perda do estimado colega.

Juiz é encontrado morto dentro da sua própria casa em São Luís

A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora, ainda não há informações sobre a causa do óbito

Uma equipe da Delegacia de Homicídios está no local para fazer os primeiros levantamentos. A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora ainda não há informações sobre a causa do óbito.

Segundo as primeiras informações da polícia, a empregada encontrou o corpo da vítima sem vida dentro da piscina da residência. O corpo não tinha sinais de lesões, apenas apresentava inchaço e sangramento pelas narinas.

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu uma nota de pesar sobre o caso, leia anota na íntegra:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Curso de medicina da Uema não poderá mais receber alunos de outras instituições

PIN

A decisão foi tomada pelo desembargador Joaquim Figueiredo da 1ª Vara da Comarca de Caxias

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, deferiu pedido da Universidade Estadual do Maranhão e suspendeu liminar proferida pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Caxias, que determinava que a Uema realizasse a transferência, ex officio (de ofício), de alunos de outras instituições de ensino superior para o curso de Medicina da instituição no Campus Caxias.

A decisão temporária anterior, de primeira instância, pela transferência, foi tomada tendo em vista que os alunos apresentariam distúrbios de ordem psicológica, necessitando de apoio familiar naquela localidade. O juiz de 1º grau havia fixado multa de R\$ 1 mil, limitada ao montante de R\$ 30 mil, em caso de descumprimento da ordem, bem como o bloqueio de verbas em favor dos requeridos.

A Uema ingressou com um pedido de suspensão da segurança, alegando lesão à ordem e economia públicas. A universidade sustentou a ilegalidade da decisão, pois a sentença estaria comprometendo a regular prestação dos seus serviços educacionais, em especial do curso de Medicina, havendo risco de “periculum in mora” (perigo na demora) reverso na manutenção da decisão, ante possibilidade de ocorrência de efeito multiplicador, com a proposição de diversas ações da mesma natureza, causando graves prejuízos econômicos ao Estado.

A universidade afirma que não tem disponibilizado vagas para a transferência voluntária em seus editais no curso de Medicina (Bacharelado), Campus Caxias, em razão de falta de infraestrutura, ressaltando o não preenchimento dos requisitos necessários à transferência na modalidade pretendida.

DECISÃO - O presidente do TJMA destacou, de início, que a suspensão da execução de decisões proferidas por magistrados de 1º grau é medida de exceção e, por esta natureza, o deferimento se restringe a requisitos específicos. Disse que, para tanto, não se avalia a correção ou equívoco da decisão, mas a sua potencialidade de lesão, que, no caso, considerou nítida e evidente.

O desembargador disse que a percepção do presidente do Tribunal é restrita e vinculada, não comportando, assim, análise aprofundada do mérito da demanda. Entretanto, frisou que a jurisprudência das Cortes Superiores tem entendido que, para se exercer um juízo político acerca da potencialidade lesiva ao ente público, poderá ser realizado “(...)um juízo mínimo de delibação do mérito contido na ação originária.”

Joaquim Figueiredo verificou que entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal acabou por viabilizar a transferência “ex officio” entre instituições de ensino superior, desde que observada a congeneridade entre a instituição de origem e a de destino, inviabilizando a transferência entre um sistema de ensino privado para um sistema de feição pública (ou vice-versa), com vistas à salvaguarda do interesse do restante do grupo social, ao proporcionar o preenchimento das vagas de universidades públicas apenas por meio de processo seletivo, segundo o critério do merecimento.

O presidente considera evidente que a transferência indiscriminada de alunos abala a própria infraestrutura da instituição de ensino, conturbando não apenas o ano letivo como a própria rotina acadêmica, inflacionando turmas e demandando maior quantidade de discentes, com evidente prejuízo ao desenvolvimento das atividades acadêmicas desenvolvidas, assim como macula a economia pública.

Mas lembrou que tais considerações são apenas no intuito de bem reconhecer o bom direito alegado, uma vez que não é possível, por meio do incidente processual proposto, adentrar em temas de mérito.

O desembargador Joaquim Figueiredo citou posicionamento semelhante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e deferiu o pedido para suspender a liminar proferida pelo juiz da 1ª Vara da Comarca de Caxias. (Processo nº 0807835-89.2019.8.10.0000)

TJ/MA estabelece que Selo de Fiscalização em documento passará a ser eletrônico

O Maranhão está entrando na era do selo de fiscalização eletrônico. Em breve, gradativamente, todos os cartórios do Estado passarão a adotar essa nova tecnologia em substituição aos selos físicos ora utilizados nos atos praticados.

O Selo de Fiscalização Eletrônico foi regulamentado pela RESOL-GP - 482019 e terá como plataforma o Sistema de Arquitetura Unificada para Informações Notariais e Registrais (SAUIN), que permitirá ao TJMA a efetiva fiscalização eletrônica dos serviços extrajudiciais prestados pelos delegatários e por suas centrais de informações e certidões.

O cidadão poderá consultar a autenticidade do seu ato via QR CODE ou pelo link: selo.tjma.jus.br

TJMA emite nota sobre Juiz criminal encontrado morto em São Luís

Publicado em setembro 9, 2019 por Paulo Roberto

A imagem pode conter: 1 pessoa, sorrindo Nesta manhã, o juiz que respondia pela 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, de 50 anos, foi encontrado morto em sua residência no bairro Olho d'Água. O corpo do juiz, segundo as informações iniciais, foi encontrado pela empregada, na piscina da residência, sem nenhum sinal de agressão.

Por meio de nota, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) lamentou falecimento do juiz.

Leia a nota na íntegra:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Plano de saúde é condenado a custear tratamento de usuária não informada de descredenciamento

A ausência de comunicação acerca do descredenciamento de hospital a uma beneficiária do plano de saúde resultou na condenação da Unimed Imperatriz a responder pelas despesas efetuadas pela usuária do serviço. A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) levou em conta a obrigação de custear o tratamento em razão da boa-fé contratual e do dever de informação.

Segundo o relatório da ação, a paciente disse que teve diagnóstico de câncer e que iniciou seu tratamento no Hospital AC Camargo, desde o ano de 2006, sempre custeado pelo plano Unimed de abrangência nacional. Diante da reincidência da doença em 2009, voltou ao hospital e solicitou autorização para os exames necessários, porém teve seu pedido negado. Assim, ajuizou ação contra a Unimed São Paulo e Unimed Imperatriz, para que fossem obrigadas a custear seu tratamento e reembolsar as despesas com exames negados. O pedido liminar foi deferido.

A Unimed São Paulo sustentou que não seria parte legítima, uma vez que o contrato da autora foi firmado com a Unimed Imperatriz. No mérito, destacou que trabalha com a Unimed Imperatriz em regime de intercâmbio, cujo contrato e coberturas são definidos com a Unimed de origem.

Por sua vez, a Unimed Imperatriz contestou, afirmando que o hospital escolhido pela autora da ação está excluído da cobertura do contrato, sendo um tratamento eletivo, e que não poder ser obrigada a custear, sob pena de desequilíbrio financeiro do contrato.

À época da sentença, a juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, Ana Beatriz de Carvalho Maia, entendeu que as empresas não comprovaram ter comunicado a autora sobre o descredenciamento do hospital. Assim, condenou a Unimed Imperatriz, via intercâmbio com a Unimed São Paulo, a custear o tratamento especificado e condenou a Unimed Imperatriz a reembolsar os procedimentos custeados pela autora, a serem apurados em liquidação de sentença.

A Unimed Imperatriz se insurgiu contra a sentença, alegando que não pode ser obrigada a custear despesas de hospital não integrante da rede de cobertura.

VOTO - O desembargador Jorge Rachid, relator do apelo da operadora de plano de saúde, disse que, no caso dos autos, observa-se que a autora já havia iniciado tratamento no hospital e teve a cobertura negada ao retornar, após a reincidência da doença.

O relator destacou que a beneficiária não foi alertada e nem comunicada de que aquele hospital estava descredenciado do seu plano contratado. Disse não haver provas nos autos nesse sentido, ônus que competia ao plano de saúde. Rachid citou julgados anteriores do TJMA, segundo os quais, é dever da prestadora informar ao consumidor sobre o descredenciamento. Em razão disso, o relator manteve a sentença de primeira instância.

Os desembargadores Kleber Carvalho e Nelma Sarney também negaram provimento à apelação da Unimed

Imperatriz.

Juíz é encontrado morto na piscina de casa em São Luís

O juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís foi encontrado morto, na manhã desta segunda-feira (09), dentro da piscina da própria residência, localizada no bairro Olho d'Água, em São Luís.

Uma equipe da Polícia e do Instituto Médico Local já investiga o caso.

Confira nota oficial do Tribunal de Justiça do Maranhão:

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Juíz Fernando Cruz, da 7ª Vara Criminal, é encontrado morto dentro de piscina da sua residência em São Luís

SÃO LUÍS/MA - O juiz de Direito Fernando Luiz Mendes Cruz foi encontrado morto dentro da piscina em sua residência no Olho d'Água em São Luís. Ele atuava na 7ª Vara Criminal do TJMA. Amante de práticas esportivas o juiz não fumava e nem bebia e aparentava ter boa saúde. Por isso surgiu a possibilidade de ele ter sido vítima de infarto. Era divorciado e tinha dois filhos. Ele atuou caso dos hospitais que envolveu a ex-governadora Roseana Sarney em desvio de recursos.

Uma equipe da Delegacia de Homicídios esteve no local para fazer os primeiros levantamentos. A polícia está investigando as circunstâncias do fato, mas até agora ainda não há informações sobre a causa da morte do magistrado.

Alguns amigos acreditam que o magistrado tenha sofrido infarto. Fernando Cruz fazia musculação, como foi citado acima ele não bebia e nem fumava.

O Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados do Maranhão divulgaram notas lamentando a morte do juiz. Confira.

NOTA DE PESAR AMMA

Com imenso pesar, a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) tomou conhecimento, na manhã desta segunda-feira (9), do falecimento do juiz Fernando Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca da Ilha de São Luís. De imediato, o presidente Angelo Santos acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça para que sejam efetuadas as averiguações preliminares das circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado.

A AMMA lamenta o ocorrido, solidariza-se com familiares, amigos e com toda a Magistratura maranhense, abalados pela dor da perda do estimado colega.

Presidente da AMMA

NOTA DE PESAR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Judiciário instala Central de Digitalização do Fórum de SL

Central vai funcionar com 45 servidores na digitalização e migração de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no qual passarão a tramitar eletronicamente

10/09/2019

Judiciário instala Central de Digitalização do Fórum de SL

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que o projeto de digitalização dos processos é resultado da união de esforços (Divulgação)

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, formalizaram, ontem, 9, a instalação da Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), que vai funcionar com 45 servidores na digitalização e migração de processos físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), no qual passarão a tramitar eletronicamente.

A solenidade teve a participação do vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; do presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida; da diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes; do corregedor da Procuradoria-Geral da Justiça, procurador Eduardo Nicolau Heluy; do defensor público geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos; do desembargador João Santana; do comandante da PMMA, Coronel Ismael de Sousa, entre outras autoridades, juízes e diretores do TJMA e da CGJ.

A juíza Diva Maria de Barros Mendes, diretora do Fórum Des. Sarney Costa, pontuou que a Central de Digitalização é um instrumento voltado à ampliação do uso do processo eletrônico no Maranhão, modelo que precisa avançar com o objetivo de melhorar os serviços prestados. “Poder meio da Central, vamos conseguir um aumento substancial dos processos virtualizados, uma necessidade e exigência frente às novas tecnologias”, frisou.

Os servidores Thaís Muniz, Karliane Fontelene e Adivanderson Martins explicaram as principais vantagens da virtualização dos processos, como a otimização de recursos físicos, humanos e orçamentários; aumento da celeridade ao cumprimento dos comandos judiciais; reforço do compromisso com a sustentabilidade; ampliação da transparência e a publicidade na tramitação processual; e melhoria das rotinas de trabalho, a partir da utilização de um único sistema de acompanhamento processual - PJe, entre outras. Os servidores apresentaram também a possibilidade de digitalização por parte de advogados interessados, que podem utilizar um QR Code disponibilizado na página da Corregedoria para efetivação do procedimento.

Processos

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que o projeto de digitalização dos processos é resultado da união de esforços de magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário do Maranhão, entre eles outros órgãos do sistema de Justiça. “Reafirmo que os projetos e resultados dos magistrados e servidores contam com o apoio irrestrito da Presidência do Tribunal”, ressaltou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, ressaltou que o trabalho de digitalização e virtualização da Justiça maranhense utiliza os próprios servidores do quadro e colaboração da Polícia Militar do Maranhão, eliminando os custos para o procedimento. “Outros tribunais realizam esse trabalho com custos

muito elevados, e diante das dificuldades orçamentárias o presidente ressaltou que o TJ não dispõe de recursos, de forma que encontramos uma solução para realizar o trabalho a custo zero”, ressaltou.

Após a solenidade, os magistrados e convidados visitaram as instalações da Central de Digitalização, na qual 45 servidores e colaboradores atuarão na realização dos procedimentos de digitalização e migração de aproximadamente 10.500 processos dos acervos físicos das Varas cíveis da capital.

Central

A implantação da Central de Digitalização objetiva dar continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, por meio da digitalização de processos físicos e sua migração do sistema Themis PG3 ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), transformando o acervo físico em digital, para que passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes.

O processo de trabalho da Central se desenvolverá por meio de núcleos: protocolo, digitalização, migração e arquivamento. As caixas de processos recebidas das unidades jurisdicionais serão protocoladas; encaminhadas ao núcleo de digitalização para escaneamento do processo; envio ao núcleo de migração para cadastro do processo no sistema PJe e posteriormente ao núcleo de arquivamento para baixa do processo no sistema ThemisPG. Após a expedição das intimações necessárias, o processo digitalizado e migrado será protocolado e devolvido à unidade judicial devidamente.

Qualidade de Vida

O Tribunal de Justiça do Maranhão e a Universidade Federal do Maranhão assinaram convênio para desenvolvimento do Programa de Qualidade de Vida 2019. O presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, desembargador Jorge Rachid, representou o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, na solenidade realizada no gabinete da Reitoria, na última sexta-feira.

Qualidade de Vida 2

O Convênio tem como objetivo fazer o levantamento das condições primárias de saúde de magistrados e servidores em cinco polos judiciais no Estado - Itapecuru, Chapadinha, Paraibano, Presidente Dutra, Zé Doca e Carolina - para integrar e otimizar as ações de qualidade de vida já existentes no Tribunal, além de coordenar, organizar e estimular outras práticas e atividades de promoção de saúde e de prevenção de doenças.

Projeto de Extensão

O Instituto Florence de Ensino Superior divulgou a lista de aprovados na primeira etapa para o Projeto de Extensão Laboratório de Práticas, em parceria com o Tribunal de Justiça. A segunda fase será uma entrevista que acontecerá até o dia 11 de setembro, na Coordenação de Pesquisa e Extensão, na própria instituição. Todas as informações estão no site da faculdade.

Estado Maior

Mariléa e o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho passaram o fim de semana curtindo os encantos e belezas dos Lençóis Maranhenses, uma das mais belas paisagens naturais do mundo.

Pergentino Holanda

MARANHENSES presentes na Passagem de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, em Macapá-AP, realizada no dia 6 deste mês: General de Brigada Vianna Filho, que deixou o comando; Desembargador Antônio Bayma; Waldez Gois, Governador do Amapá; Desembargador Ricardo Duailibe; General Anisio David Jr, Comandante da 8a. Região Militar, e Cel. Ismael de Souza Fonsêca, Comandante da Polícia Militar do Maranhão

Polícia Civil investiga caso de juiz achado morto em sua casa

Corpo foi achado por uma empregada do magistrado na piscina da residência, no Olho d'Água; Tribunal de Justiça e a AMMA lamentaram o ocorrido

ISMAEL ARAÚJO

10/09/2019

Polícia Civil investiga caso de juiz achado morto em sua casa

SÃO LUÍS - A Polícia Civil está investigando a morte do juiz da 7ª Vara Criminal de São Luís, Fernando Luiz Mendes Cruz, de 50 anos. O magistrado estava de férias e foi encontrado morto ontem na piscina da sua residência, no Olho d'Água.

O corpo foi achado no início manhã por uma das empregadas do juiz. Ela acionou o Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops). Que mobilizou policiais militares e civis, Corpo de Bombeiros Militar e os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim).

A polícia informou que o corpo foi retirado da água pelos bombeiros militar. Os peritos do Icrim não constataram sinais de lesões, mas apresentava um inchaço e sangramento nas narinas. O local também foi periciado e o resultado vai ser encaminhado para a Polícia Civil.

O corpo do magistrado foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, onde passou por outros exames periciais para identificar possíveis causas da morte. Há informações de que a vítima tinha uma vida saudável e praticava atividades físicas regularmente.

Notas

Ainda ontem, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueredo, por meio de nota, lamentou o falecimento do juiz. A nota informou que os demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís. Também prestou condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) também, em nota, disse que foi "Com imenso pesar, tomou conhecimento, na manhã desta segunda-feira, 9, do falecimento do juiz". De imediato, o presidente Ângelo Santos acionou a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça para que sejam efetuadas as averiguações preliminares das circunstâncias que ocasionaram a morte do magistrado. "A AMMA lamenta o ocorrido, solidariza-se com familiares, amigos e com toda a Magistratura maranhense, abalados pela dor da perda do estimado colega".

Assassinato

O empresário Klênio Cunha, 40 anos, foi vítima de mais um crime bárbaro no interior do Maranhão. Ele foi executado na madrugada de ontem após sair de uma vaquejada, na Vila Caçula, em Maranhãozinho. O empresário levou três tiros na cabeça quando dormia dentro do seu veículo. Os criminosos fugiram.

A vítima morreu ainda no local. O corpo foi removido para o hospital da cidade para ser autopsiado e o resultado dos exames será anexado ao inquérito já instaurado pela Polícia Civil. As diligências visando prender os criminosos começaram logo após o crime, mas até a noite de ontem não havia registro de identificação dos acusados.

Klênio Cunha era conhecido na região. Ele era proprietário da Leite Mel Móveis, na cidade de Governador Nunes Freire, e com lojas nos municípios de Maracaçumé e na região do Alto Gurupi. Há possibilidade de o empresário ter sido vítima de crime de pistolagem.

TJMA apoia campanha estadual de prevenção ao suicídio

O Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA) - apoia a campanha “Rede do Bem: estamos aqui para ajudar!”, que será lançada nesta terça-feira (10), Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. A abertura oficial do evento, que integra as ações do Setembro Amarelo, acontecerá às 8h, na Praça Nauro Machado.

A iniciativa é organizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, composto por representantes de diversas instituições públicas e da sociedade civil, dentre elas o Judiciário maranhense, com o apoio de instituições privadas.

A campanha visa sensibilizar a sociedade maranhense sobre a importância e as formas de prevenção ao suicídio; informar acerca da realidade da temática no Estado, no país e no mundo; prevenir casos de automutilação e suicídio, principalmente entre o público jovem; e esclarecer sobre a existência de profissionais, espaços físicos institucionais e da sociedade civil, que prestam serviços de atendimento para pessoas que se encontram em estado de sofrimento psíquico agudo ou crônico.

A “Rede do Bem: estamos aqui para ajudar!” foi idealizada pela promotora de Justiça Cristiane Maia Lago, coordenadora do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAOp-DH).

PROGRAMAÇÃO - Durante todo o dia, serão realizadas diversas atividades: apresentação de representantes e autoridades de instituições parceiras ou integrantes do Fórum; palestras; rodas de conversa; atendimentos de saúde; além de apresentações e atividades culturais e desportivas.

As ações serão realizadas na Praça Nauro Machado, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Casa de Cultura Huguenote Daniel de La Touche e Centro Cultural e Educacional Mandingueiros do Amanhã. A programação tem início às 7h30, no estacionamento da Praia Grande, com o plantio de mudas de árvores.

Dentre as inúmeras atividades propostas, haverá o espaço Rodas de Conversa, no cinema do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, com a participação de profissionais da área jurídica, psicólogos, assistentes sociais, médicos, dentre outros.

O psicólogo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Paulo Guilherme, será um dos palestrantes da roda de conversa “Acolhimento em Razão da Suicidabilidade e o Papel das Famílias na Prevenção ao Suicídio”, que acontecerá às 11h30, sob a organização do Instituto Ruy Palhano.

O encerramento do evento acontecerá às 17h, na Praça Nauro Machado, com a confraternização dos representantes dos órgãos participantes e show do cantor Marquinhos Leite.

FÓRUM - O Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio está em harmonia com os objetivos prescritos pela Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

Contempla a promoção da articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo várias entidades públicas e da sociedade civil.

A Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF/TJMA), sob a coordenação-geral do desembargador Froz Sobrinho, deu início às discussões sobre a tema, em 2016, durante a 1ª Semana de Prevenção ao Suicídio, organizada pelo TJMA.

O evento culminou com a assinatura de um Protocolo de Intenções, cujo objetivo foi criar uma rede solidária de trabalho de prevenção. No âmbito da Justiça maranhense, o representante no Fórum é o servidor da UMF, Paulo Guilherme Siqueira Rodrigues, analista judiciário - psicólogo, indicado pelo desembargador Froz Sobrinho. Do TJMA.

Juiz é encontrado morto na piscina de casa no Olho d'Água

O juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, foi encontrado morto na manhã desta segunda-feira na piscina de sua casa, no bairro Olho d'Água. Segundo informações da polícia, ainda não informações sobre a causa da morte do juiz.

Nota de pesar

“O Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em nome dos demais desembargadores membros da Corte e da Família Judiciária Maranhense, vem externar profundo pesar pela perda do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, titular da 7ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos presta condolências, expressando os mais sinceros pêsames pelo falecimento do juiz Fernando Luiz Mendes Cruz, solidarizando-se com seus pais e familiares, desejando conforto e serenidade em momento tão difícil de imensurável perda.”